

Dia Nacional de Lutas: pelas mídias e pelos sindicalistas trabalhistas

National Day of Fight:
by media and trade unionists

Día Nacional de Lucha:
por las medias y por los sindicalistas

Journée Nationale des Luttes :
par les médias et par les syndicalistes

*Livia de Oliveira Borges **
liviadeoliveira@gmail.com

*Sabrina Cavalcanti Barros ***
sabrina.psic@gmail.com

*Alexandra Mara Oliveira ****
alexandratuni@hotmail.com

*Andressa de Araújo Moreira *****
dressaamoreira@gmail.com

*Stella Couto Batista ******
stella.couto@gmail.com

*Ianna de Oliveira Cardoso Gonçalves ******
iannacardoso@yahoo.com.br

*Camila Teixeira Heleno ******
camilaheleno@gmail.com

*Aline Costa Picardi ******
alinepicardi@yahoo.com.br

** Professora Titular da UFMG. Bolsista em Produtividade pelo CNPq (PQ-1B), Belo Horizonte, MG, Brasil.*

*** Doutoranda pela UFMG. Mestre em Psicologia pela UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.*

**** Psicóloga pela UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.*

***** Psicóloga pela UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.*

****** Psicóloga pela UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.*

****** Psicóloga pela UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.*

****** Doutora em Psicologia Social, com estágio doutoral na Universidad de Oviedo, pela UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.*

****** Mestre em Psicologia Social pela UFMG. Psicóloga pela PUC-MG, Belo Horizonte, MG, Brasil.*

Borges, Livia de Oliveira., Barros, Sabrina Cavalcanti., Oliveira, Alexandra Mara., Moreira, Andressa de Araújo., Batista, Stella Couto., Gonçalves, Ianna de Oliveira Cardoso., Heleno, Camila Teixeira., & Picardi, Aline Costa. (2016). Dia Nacional de Lutas: pelas mídias e pelos sindicalistas trabalhistas. *Psicologia Política*, 16(36), 185-206.

Resumo

A pesquisa teve o objetivo de compreender o evento Dia Nacional de Lutas de julho de 2013 como expressão do sindicalismo trabalhista brasileiro, a partir do olhar da mídia e dos próprios sindicalistas. Aquele evento foi programado sob o clima político criado pela onda de protestos populares do mês antecedente. Realizamos pesquisa documental de reportagens em jornais diários e mídias eletrônicas e entrevistamos dois dirigentes sindicais. Aplicamos análise de conteúdo e identificamos quatro categorias sobre a mobilização: Motivos, Organização,

Resultados e Avaliação do Movimento. Acerca dos Motivos e da Organização, as divergências entre os resultados das análises referentes às reportagens e às entrevistas dos dirigentes sindicais são menores, enquanto se acentuam quando se trata dos Resultados e Avaliação do Movimento. No conjunto, os resultados indicaram que o Dia Nacional de Luta expressou um momento de empoderamento do movimento sindical, voltando-se para os interesses mais amplos de todos os cidadãos.

Palavras-chave

Relações de Trabalho, Análise de Conteúdo, Sindicalismo, Manifestações Sociais, Empoderamento.

Abstract

The research aimed to understand the event National Day of Fight in 2013, July, as the expression of Brazilian labor unionism since the perspective of media and the own trade unionists. That event was planned under the political climate that was generated by the wave of popular protests of the preceding month. We developed documental research of reports in daily newspapers and electronic media and we interviewed two trade unionists. We applied content analysis and identified four categories about the mobilization: Motives, Organization, Results and Evaluation of Movement. About the Motives and the Organization, the divergences between the results of analysis in reference to reports and to interviews are smaller, while they increase in reference to Results and Evaluation of movement. In summary, the results indicate that the National Day of Fight expressed the moment of empowerment to syndical movement, retrieving its focus on broader interests of all citizens.

Keywords

Work Relations, Content Analysis, Syndicalism, Social Manifestations, Empowerment.

Resumen

La investigación tubo el objetivo de comprender el evento Día Nacional de Lucha de julio de 2013 como expresión del sindicalismo de los trabajadores brasileños, desde la mirada de la medía y de los propios sindicalistas. Aquel evento fue planteado en el clima político generado por la onda de protestos populares del mes antecedente. Desarrollamos investigación documental de periódicos y entrevistamos dos dirigentes sindicales. Aplicamos análisis de contenido e identificamos cuatro categorías acerca de la movilización: Motivos, Organización, Resultados y Evaluación del Movimiento. Acerca de los Motivos y de la Organización, las divergencias entre los resultados de los análisis referentes a los periódicos y medías electrónicas y las entrevistas de los dirigentes sindicales son menores, mientras se acentúan cuando se refieren a los Resultados y Evaluación del Movimiento. En resumen, los resultados indicaron que el Día Nacional de Lucha expresó un momento de empoderamiento del movimiento sindical, rescatando su foco en los intereses más amplios de todos ciudadanos.

Palabras clave

Relaciones de Trabajo, Análisis de Contenido, Sindicalismo, Manifestaciones Sociales, Empoderamiento.

Résumé

L'objectif de la recherche était de comprendre l'évènement de la Journée Nationale de Lutte de juillet 2013 en tant qu'expression du syndicalisme des travailleurs brésiliens à partir du regard des médias et des syndicalistes eux-mêmes. Cet évènement a été organisé dans le cadre d'un climat politique créé par la vague de manifestations populaires du mois de juin de la même année. Nous avons effectué une étude documentée de reportages issus de quotidiens et de supports électroniques et nous avons aussi interviewé deux dirigeants syndicalistes. Nous y avons appliqué une analyse de contenu et avons identifié quatre catégories à propos de la mobilisation : Raisons, Organisation, Résultat et Evaluation du Mouvement des Raisons et de l'Organisation. Les divergences entre les résultats des analyses en lien avec les reportages et les entrevues des dirigeants syndicalistes sont moins importantes et elles s'accroissent lorsqu'il s'agit des Résultats et Evaluation du Mouvement. Dans l'ensemble, les résultats ont indiqué que la Journée Nationale de Lutte a symbolisé le moment de prise de pouvoir du mouvement syndical et une prise en compte plus élargie des intérêts de tous les citoyens.

Mots clés

Relations de Travail, Analyse de Contenu, Syndicalisme, Manifestations Sociales, Prise de Pouvoir.

Introdução

Em junho de 2013, fatos novos marcaram o cenário político brasileiro: o país foi palco de protestos sociais populares. Iniciaram-se em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro contra o aumento do preço das passagens de ônibus e pela defesa do passe-livre. Os protestos se expandiram por todo o território nacional e incorporaram uma diversidade de reivindicações, anseios e insatisfações populares. Nas capitais, palco da realização da “Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013”, as manifestações expressaram indignações com o investimento público nas obras para os eventos esportivos (Waisbich, 2013).

As reflexões sobre tais manifestações, seus significados e impactos psicossociais e/ou políticos ainda são incipientes. Há quem (p. ex., Fonsêca, 2013; Waisbich, 2013) tenha desenvolvido análises, configurando-as como resultado de uma crescente insatisfação com a qualidade de vida e, especialmente, com os problemas relativos ao direito a viver e a transitar nas metrópoles. Eles fundamentaram-se nas considerações de teóricos (p. ex., Harvey, 1990; 2001/2005; Santos, 2002) sobre a falta de justiça social expressa em aspectos urbanos, como a distribuição territorial, o uso do espaço público, as políticas de vigilâncias, entre outros. Tais teóricos argumentaram que esses aspectos caracterizam as cidades na atualidade como menos democráticas e expressam os atravessamentos das relações capitalistas desiguais e excludentes, especialmente sob a influência do neoliberalismo. Em frente a tal situação, Harvey (2013) afirmou que “O direito à cidade não é presente. Ele tem que ser tomado pelo movimento político.” (p. 34). Para o conjunto de autores antes citados, os processos de configuração e reconfiguração das cidades e os de desenvolvimento do proletariado, das forças produtivas e de tecnologias são socio-historicamente entrelaçados. Autores (p. ex., Nogueira, 2009; Oliveira, 2010; Santos, 2002; Valença, 2013) já vêm aplicando tais referenciais na reflexão e pesquisa sobre os problemas urbanos brasileiros.

Fonsêca (2013) e Waisbich (2013), quando abordaram os meios de mobilização e organização das manifestações de junho, recorreram a teóricos (p. ex., Castells, 2003; Ianni, 1999) que argumentaram sobre o papel das tecnologias de informação e comunicação (TICs), assinalando a penetrabilidade delas em toda vida social e a produção de novas sociabilidades.

Em meio ao clima social criado, as centrais sindicais entraram em cena. Os trabalhadores, organizados pelas sete centrais sindicais¹, construíram o Dia Nacional de Lutas, de 11 de julho de 2013. A fim de contribuirmos para a compreensão do processo histórico, cristalizado naquele evento, a pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as dimensões abrangidas pelo evento como expressão do sindicalismo trabalhista brasileiro naquele cenário, a partir do olhar da mídia e dos próprios sindicalistas.

Sindicatos Trabalhistas como Atores das Relações de Trabalho

Os sindicatos trabalhistas como atores sociais influenciam as relações de trabalho e as políticas públicas e organizacionais de trabalho e emprego. Sua origem vincula-se ao

¹ Central Única dos Trabalhadores (CUT); Força Sindical (FS); Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); Central Sindical dos Profissionais/Coordenação Nacional de Lutas (CSP/Conlutas); Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); União Geral dos Trabalhadores (UGT); Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

desenvolvimento do capitalismo. Segundo Marx (1867/1975), a reunião de trabalhadores em uma mesma fábrica ou oficina para executar o trabalho sob as ordens do dono do capital, com os instrumentos do último, marcou o surgimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, das condições para a construção do sindicalismo trabalhista. Compartilhar experiências incentivava os trabalhadores a se organizarem.

A existência de tais sindicatos tem sentido, portanto, no contexto do antagonismo entre capital e trabalho, fundamento do reconhecimento da desigualdade entre os atores coletivos patronais e trabalhistas. Enquanto o capital é força concentrada, o operariado só dispõe da força da sua produção e de sua coesão (Marx, 1867/1982). Essa última se enfraquece, devido à concorrência que o capital instala entre os trabalhadores e, na maioria das vezes, só se constrói em reação à união patronal e não pela sua própria união (Marx & Engels, 1847/1982). Por isso, a união demanda ser conclamada e construída no movimento trabalhista. Ela empodera os trabalhadores, vislumbrando seus direitos e conquistas sociais.

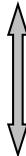
Portanto, sua origem engendra simultaneamente suas possibilidades (p. ex., empoderar o trabalhador) e suas limitações, entre as quais as dificuldades de construção da união dos trabalhadores (Marx & Engels, 1847/1982) e o predomínio de um posicionamento defensivo perante o capital (Alves, 2003). O capitalismo apresenta seus ciclos de crescimento/recessão e de uso de diferentes bases tecnológicas para promover a produtividade, sofisticando cada vez mais a geração de mais-valia relativa. O desenvolvimento do sindicalismo é afetado por tais ciclos, de forma que aos períodos de conquistas e avanços na garantia de direitos dos trabalhadores, seguem-se períodos de recuo (Alves, 2003).

O sindicalismo é um espaço de luta e de conflitos, em que, além do enfrentamento dos representantes patronais, é atravessado, entre outros aspectos, pelas diversas compreensões dos seus participantes sobre as relações de trabalho², influenciando a definição de quais sejam suas funções. Para efeito de concisão, elencamos funções segundo as perspectivas de compreensão das relações de trabalho na Tabela 1. Toda síntese simplifica a realidade e, por consequência, devemos considerar que cada perspectiva é, na realidade, um conjunto que não explicita suas variantes (p. ex., omite o marxismo-leninismo). Além disso, não nos deteremos sobre o embate contínuo entre os representantes das diversas perspectivas. Elegemos incluir na Tabela 1 as correntes mais descritas pelos autores consultados (identificados na própria tabela).

Em síntese, as correntes se diferenciam a partir dos posicionamentos assumidos frente à contradição básica entre capital e trabalho e ao dilema (decorrente dela) entre promover a conciliação social versus reconhecer o antagonismo de interesses (Tabela 1). A definição de funções sindicais parcialmente decorre dos posicionamentos das correntes citadas, mas também das peculiaridades históricas dos países, ocupações e sindicatos. Assim, no Brasil, cujo Estado segue fraco na garantia de assistências básicas aos cidadãos (saúde, educação, transporte, etc.), observam-se atividades assistenciais em sindicatos em que a corrente prevalente não é a corporativista. A coexistência dessas atividades e de ações de pressão ao Estado para ampliar e manter direitos sociais e para formular políticas públicas não deixa de se constituir em ambiguidade e tensão (Pina, Castro, & Andreazzi, 2006).

² Foge ao escopo do presente texto realizar um regaste histórico das correntes sindicais. Há, no entanto, literatura disponível sobre o assunto (p. ex., Antunes, 1989, 1991; Borges & Álvaro, 2013; Lopes Neto & Giannotti, 1993; McCarthy, 1985; M. S. Costa, 2005, 2007; Rodrigues, 2002; S. Costa, 1995).

Tabela 1 – Funções sindicais e as perspectivas de compreensão das relações de trabalho

	Correntes	Funções sindicais predominantes
Conciliação social	<p>Neocorporativismo. Pressupõe um Estado forte. Defende a interlocução continuada entre as partes e nega a existência e necessidade de conflitos. É uma visão que tende a prevalecer em períodos ditatoriais. (Antunes, 1989; Flanders, 1985; Martin-Artiles, 2003a).</p> <p>Liberalismo e Neoliberalismo. Pressupõem a identidade de interesses entre trabalhadores e capitalistas. Defendem a livre negociação entre as partes com o mínimo de intervenções reguladoras, o que se atrela à noção de Estado Mínimo. Defendem o crescimento econômico como gerador de abundância geral. Tomam o conflito como uma das forças fundamentais do progresso social. (Anthony, 1977).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a paz e colaboração social. ▪ Manter a ordem estabelecida. ▪ Conter insatisfações. ▪ Complementar as funções do Estado (substituindo a força social de polícia em certos momentos). ▪ Promover assistência ao trabalhador. ▪ Buscar conquistas trabalhistas econômicas em conformidade com as oportunidades do mercado de trabalho.
		<p>Estrutural funcionalismo. Defende a subordinação da ordem econômica à social. Entende que o mercado de trabalho pode ser regulado pelos seus atores. Defende a institucionalização do conflito e do controle pela ordem jurídica. (Martin-Artiles, 2003a).</p>
Antagonismo de interesses	<p>Institucionalista. Resgata a noção de regulação do mercado e das relações de trabalho. Revaloriza as instituições, as negociações coletivas e os pactos sociais. Centra suas análises nos papéis dos atores coletivos (os sindicatos trabalhista, os sindicatos patronais e o Estado) e enfatiza os processos históricos. (Baylos, 2001; Flanders, 1970/1985; Martin-Artiles, 2003a; Santos, 2009).</p> <p>Marxista e neomarxista. Pressupõem o antagonismo de interesses entre os trabalhadores e os capitalistas. Enfatizam a desigualdade de poder entre as partes. Criticam os modos de converter a força de trabalho em trabalho efetivo. Descrevem as relações de trabalho, sob o capitalismo, em ciclos de pactos e conflitos. Entendem que os pactos demandam conformismo social para dissimular o antagonismo entre capital e trabalho, já que são assimétricos e implicitamente o trabalhador aceita a lógica de crescimento econômico e o Estado, os direitos trabalhistas. (Anthony, 1977; Gounet, 1999; Martin-Artiles, 2003a).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construir a coesão e a solidariedade entre os trabalhadores. ▪ Lutar pelo reconhecimento de direitos básicos (p. ex., associar-se, realizar negociação coletiva, fazer greve, etc.). ▪ Diminuir a diferença de poder entre os atores. ▪ Fazer frente às necessidades cotidianas. ▪ Identificar as aspirações dos trabalhadores.

Correntes	Funções sindicais predominantes
Anarquismo. Consiste na defesa radical da liberdade humana e na contestação contra as estruturas sociais cristalizadas, o poder estabelecido e quaisquer formas de autoritarismo. Toma a organização sindical como a única legítima para os trabalhadores. (Antunes, 1989; Anthony, 1977).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a greve geral. ▪ Ser instrumento de construção da emancipação social.

A prevalência das definições de função dos sindicatos se desdobra nas decisões das prioridades de ações e reivindicações, entre outras. As diferentes definições entre participantes de um mesmo coletivo sindical agregam-se a outros dilemas estruturais (p. ex., unicidade sindical versus pluralidade, representação versus representatividade) e divergências operacionais do sindicalismo (p. ex., compreensão da conjuntura, dimensionamento da mobilização, etc.). Divergências e dilemas dinamizam o sindicalismo e, ao mesmo tempo, problematizam a coesão do coletivo de trabalhadores. Assim, movimentos e campanhas para a conquista das reivindicações e aspirações dos trabalhadores, também têm o papel de construir a coesão e dirimir ilusões de conciliação social.

Todas as perspectivas mencionadas (Tabela 1) seguem influenciando a militância sindical. Mas na atualidade, o embate provavelmente ocorre mais fortemente entre correntes neoliberais e institucionalistas, se consideramos a história do sindicalismo (Alves, 2000, 2003; Antunes, 1989, 1991; Borges & Álvaro, 2013; M. Costa, 2005; S. Costa, 1995; Flanders, 1985). Consideramos que essa conclusão a partir da literatura consultada corrobora o que Sixirei (2014) observa como tendência política na América Latina: a prevalência de uma ideologia referente a uma democracia liberal, em que a noção de sujeito de direito ganha mais relevo que os direitos coletivos e há um abandono gradual de posições autoritárias e corporativistas. A retomada institucionalista ocorreu, ao menos em parte, em reação às consequências da influência do neoliberalismo a partir da última década do século passado. Tal influência processou-se concomitante à reestruturação do mundo do trabalho, caracterizada, entre outros aspectos, pela introdução das TICs, da automação, de novos modos de gestão, de políticas de terceirização e de redução de quadros, pela valorização da polivalência e pela intensificação e internacionalização da competitividade entre organizações.

Todas essas novidades sustentam interpretações como a de uma situação de desordem nas relações de trabalho, em que o sindicalismo trabalhista se fragilizou frente a aspectos, como: a fragmentação das ocupações, o surgimento de novas formas de empregos (temporários, terceirizados), a redução da estabilidade no emprego e a manutenção do mercado de trabalho informal (Antunes, 1995; Mattoso, 1995; Ransome, 1996; Sennet, 2008).

Essa descrição e a concepção de uma era designada por sociedade em rede têm aberto espaço para a compreensão de que o sujeito coletivo, ator transformador da realidade social (Gadea & Scherer-Warren, 2005), seria construído mais nos demais movimentos sociais populares do que no sindicalismo. E esse, compreendido como um dos possíveis movimentos sociais levaria ao distanciamento da compreensão clássica revolucionária (Touraine, 1983a, citado por Alexander, 1998). Para Alves (2000:123), o sindicalismo iria “perder os seus vínculos históricos com o movimento social de contestação à dominação capitalista”, a exemplo do que tem ocorrido em países desenvolvidos. Tal previsão não independe das influências neoliberais e institucionalistas. Outros autores (p. ex., Farias, 2011) percebem os movimentos sociais

organizados como portadores de um papel transformador (p. ex., ferramenta de justiça e emancipação social). Incluem o sindicalismo entre os movimentos sociais, corroborando o entrelaçamento já mencionado das questões urbanas e trabalhistas.

Método

Desenvolvemos a pesquisa pela aplicação de duas estratégias metodológicas: pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Passamos, então, a discorrer sobre cada uma.

Pesquisa documental

Levamos as reportagens cujo assunto fosse o Dia Nacional de Lutas e suas repercussões, na versão eletrônica dos jornais mais lidos em circulação no país – Super, O Estado de São Paulo, Extra, Folha de São Paulo, O Globo – e em dois portais eletrônicos de notícias – Band (Grupo Bandeirantes de comunicação) e G1 (Rede Globo) – selecionando 74 reportagens. Não encontramos publicações especializadas que apresentassem análises seguras do ponto de vista ideológico de todos esses jornais. Mas devemos deixar o registro de que todos são grandes grupos econômicos, o que por si só implica uma filiação ideológica atravessada pela classe social dos proprietários e tendem a defender os interesses de seus patrocinadores, como afirma Fonsêca (2013) em relação aos meios de comunicação em geral.

As buscas de reportagens nesses jornais se restringiram ao dia do evento e aos dias imediatamente anterior e posterior: 10, 11 e 12 de julho de 2013. Também consultamos o panfleto produzido especificamente para o evento pelas centrais sindicais, com as pautas compartilhadas, para identificação das pautas centrais (formais) e de reivindicações diversas.

Aplicamos análise de conteúdo categórica (Bardin, 2011; Minayo, 2006) às reportagens selecionadas, com auxílio do programa QDA Miner (*Qualitative Data Analysis Software*), nas seguintes etapas: leitura flutuante, categorização e enxugamento e/ou sistematização dos resultados. Atuaram, em tais etapas, seis juízes de forma que cada reportagem foi analisada previamente por duplas da equipe. Em seguida, todos os membros discutiram os resultados preliminares, identificando categorias e seus respectivos códigos. Revisamos em fases subsequentes toda a análise equiparando códigos, ajustando nomenclaturas e reagrupando-os até chegarmos à solução compartilhada por toda a equipe. Como não dispúnhamos de categorias apriorísticas, as etapas citadas na análise implicaram em movimento de avançar e recuar, em que categorizávamos e recategorizávamos. Iniciamos pelos códigos de forma fragmentada e, à medida que aprofundávamos na análise, agrupamos os códigos até chegar nas categorias a serem apresentadas nos resultados. Desta maneira, a etapa designada por Minayo (2006) de enxugamento foi importante.

Entrevistas

Entrevistamos dois representantes de duas centrais sindicais com sedes em Belo Horizonte. Apesar de o planejamento inicial prever entrevistas com todas as centrais sindicais, apenas em duas delas seus representantes se disponibilizaram a participar no primeiro mês após o evento em tela. Utilizamos um roteiro semiestruturado, norteado pelas categorias encontradas na análise de conteúdo das reportagens, relativas a: motivos; organização; resultados e avaliação

da mobilização. Gravamos e transcrevemos na íntegra as entrevistas, e aplicamos procedimento de análise de conteúdo equivalente ao da parte documental.

Resultados e Discussão

Identificamos quatro categorias sobre a mobilização sindical de julho de 2013 (Figura 1): Motivos, Organização, Resultados e Avaliação do Movimento.

Figura 1 – Categorias relacionadas às reportagens na mídia sobre o Dia Nacional de Lutas



E segundo estas categorias passamos então a organizar a apresentação dos resultados.

Motivos

Na categoria Motivos, identificamos cinco códigos que apresentam como causas da mobilização: reivindicações nucleares; reivindicações diversas; queixas; manifestações juvenis de junho e mudanças conjunturais; e, instrumento de poder (Tabela 2). Os Motivos mais frequentes foram as reivindicações nucleares que são aquelas compactuadas pelas centrais sindicais e historicamente não atendidas. São predominantemente reivindicações do movimento sindical, desde a retomada do sindicalismo durante a ditadura. Vêm sendo pauta de negociações e de tensões entre patrões e trabalhadores, cuja tônica incide em melhorias de âmbito econômico e social. No Brasil, conforme discute Dias (2004), muitas dessas reivindicações foram alcançadas aquém do esperado.

Tabela 2 – Códigos da categoria Motivos

Códigos	Descrições	Casos (%)
Reivindicações nucleares	Insatisfações dos trabalhadores traduzidas em solicitações (em sua maior parte no sentido de recuperar direitos) perante os sindicatos patronais anteriormente, mas que não têm sido atendidas total ou parcialmente.	32 (42,1)
Reivindicações diversas	Referem-se a aspirações e reclames diversos, mas que não são comuns a todas as centrais sindicais e/ou são específicas de uma ocupação. Algumas são aspirações gerais dos brasileiros, não vinculadas necessariamente à condição de trabalhador e outras são interesses estaduais e/ou municipais.	24 (31,6)
Queixas	Referem-se às reclamações sobre posições governamentais (níveis federais, estaduais e municipais), ou dos meios de comunicação frente aos anseios de mudança dos trabalhadores.	9 (11,8)
Manifestações juvenis de junho	Referem-se às expressões coletivas e públicas organizadas pela juventude brasileira em junho de 2013 e às mudanças na correlação de forças (juventude e trabalhadores versus governo e patrões).	7 (9,2)
Instrumento de poder	Referem-se ao reconhecimento das manifestações como uma ferramenta que crie visibilidade às aspirações populares, facilite a negociação e fortaleça o poder dos trabalhadores.	4 (5,3)

Tais reivindicações abrangem itens, como: um maior investimento nas necessidades básicas dos trabalhadores (saúde, educação, segurança, etc.); a reforma agrária; a democratização dos meios de comunicação; encerramento das privatizações; e, melhorias nas condições de trabalho. As referências a tais reivindicações são exemplificadas nos seguintes trechos: “*As principais reivindicações dos trabalhadores [...] são o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários, a aceleração da reforma agrária*” (R 21); e “*Lutamos por melhores condições de trabalho, pela jornada de 40 horas semanais [...]*.” (R 47).

A existência de uma pauta compactuada entre todas as centrais expressa um esforço na construção da união de todos os trabalhadores brasileiros; requisito básico para fortalecer a resistência dos trabalhadores à exploração inerente às relações de trabalho sob o capitalismo, como assinalado na introdução (Alves, 2003; Marx & Engels, 1847/1982). Entendemos que o fato dessas reivindicações serem os motivos alegados com mais frequência no material analisado, reflete a institucionalização e liderança das centrais sindicais. A imprensa noticiando o que havia sido pactuado entre as centrais pode ser compreendida como um reconhecimento do papel instituinte das centrais. Populares entrevistados nas reportagens mencionando tais reivindicações expressam a liderança das centrais.

Entretanto, o segundo código mais frequente – Reivindicações diversas – reunia outras aspirações além da pauta compactuada, entre as quais se destacam: aumento do percentual de aplicação do Produto Interno Bruto (PIB) em políticas públicas; demissão da atual equipe econômica do governo; redução de impostos e tarifas; melhorias de estradas; indenização devido à construção de usinas; fim da corrupção; e, regulamentação da mídia. Os trabalhadores brasileiros há muito tempo são protagonistas de lutas por direitos sociais, embora seus sindicatos mantenham a ambiguidade entre oferecer assistência social e exigir do Estado o

cumprimento deste papel, como mencionado introdutoriamente (Pina, Castro, & Andreazzi, 2006).

Essas manifestações, de um lado, expressam o empenho de diversos setores e de cidadãos individualmente em protagonizarem o evento, exercendo sua autonomia, e, de outro, demonstram a não incorporação plena da pauta pactuada entre as centrais e/ou a intenção da imprensa de oferecer cobertura às iniciativas divergentes que historicamente enfraquecem o movimento sindical. Lembramos que o quadro teórico (sintetizado antes) sinalizou como um dos limites do sindicalismo as dificuldades de construir a união dos trabalhadores (Alves, 2003; Marx & Engels, 1847/1982). Os dados, entretanto, não permitem uma interpretação mais aprofundada sobre as origens da fragilidade da união trabalhista neste cenário.

Notamos também que de todas as reivindicações identificadas (mesmo neste código de reivindicações diversas) nenhuma ultrapassa os marcos do desenvolvimento do próprio capitalismo, fortalecendo a noção comentada introdutoriamente de que o embate atual entre sindicalistas seja predominantemente entre correntes neoliberais e institucionalistas (Alves, 2000, 2003; Antunes, 1989, 1991; Borges & Álvaro, 2013; M. Costa, 2005; S. Costa, 1995; Flanders, 1985; Sixirei, 2014).

Os dois códigos mais frequentes juntos sinalizam que o movimento não se restringiu aos aspectos especificamente trabalhistas, mas abarcaram itens de interesse geral dos brasileiros, como as questões de transporte, educação, saúde e moradia. Farias (2011) assinalou que a luta dos trabalhadores não pode se limitar às reivindicações trabalhistas e nem se restringir a questões de uma determinada categoria, pois a luta trata de matérias que são de interesse da sociedade como um todo. Segundo o autor, para mais engajamento dos indivíduos nas lutas por melhorias, é necessário que sejam revalorizadas as funções dos movimentos sociais e a organização para a resistência de forma coletiva. A luta por melhores condições de vida passa essencialmente pelas relações de trabalho.

Esses dois códigos também caracterizam o movimento como propositivo (característica esperada de correntes institucionalistas e neoliberais), posto que predominaram como identificação de motivo, as aspirações dos trabalhadores e não meramente suas insatisfações ou queixas. Embora possamos compreender as reivindicações como outra face das insatisfações, a ênfase nas reivindicações entre os Motivos revelou uma maneira de ser e de se apresentar do movimento sindical.

Embora pouco frequentes, os demais códigos expressaram também sobre os motivos da mobilização geral. Nas mídias, as queixas destacaram o descaso do governo e seus dirigentes, como: “*O governo atende a bancos e empresários e não atende aos trabalhadores [...]*” (R 1). Enquanto isso, os entrevistados criticaram o posicionamento dos meios de comunicação: “[...] *num dá uma cobertura de fato, é [...] controlada por donos do poder [...], não saiu tanta coisa na televisão não, mas nós mandamos pra todas as emissoras*” (E2).

As reivindicações das manifestações juvenis em junho foram apontadas pelas mídias como causa motivadora da mobilização sindical: “tem o objetivo de ‘impulsionar’ as pautas que surgiram nas recentes manifestações pelo país, como mais investimentos em saúde, educação, segurança, a aceleração da reforma agrária e a democratização dos meios de comunicação” (R 18). Em contrapartida, os entrevistados sinalizaram que tais pautas são reivindicações que os próprios sindicatos têm defendido há muito tempo, “*muitas bandeiras que eles colocaram [...] é a bandeira que as centrais e o sindicato já defendiam antes*” (E2), sendo, por isso, o Dia Nacional de Lutas uma forma de organizá-las. Como explica um entrevistado, “*aquilo que era*

de forma individual e espontânea, passa a ser, entrar em cena o setor organizado. Nós não achamos que as coisas iam mudar na sociedade individualmente, apesar do muito importante que foi esse mês de junho” (E1).

Este aspecto de continuidade é coerente à sinalização de Waisbich (2013), de que depois da eclosão de junho “chega o tempo das reflexões mais aprofundadas e da resposta por parte do poder público nas diferentes esferas e poderes” (p. 146). Os espaços para debates se expandem, abrindo-se ao diálogo e à institucionalização das reivindicações.

Mas no código – Manifestações juvenis de junho – foi incluído um trecho da fala de um dos entrevistados que remete às mudanças na correlação de força entre os atores sociais (juventude, trabalhadores, governo e patrões) decorrentes daquelas manifestações e sugere que a mídia tem dificuldades em reconhecer tais mudanças. Para o entrevistado, um novo cenário surgiu, permitindo recuperar pautas: *“as mobilizações de junho acho que mudou o cenário no país, né? [...] De 1990 pra cá [...] as organizações de maneira geral, estavam defendendo aquilo que tinham conquistado nos anos anteriores” (E1).*

A fala do entrevistado, que une os dois movimentos, contrasta com o esforço da imprensa para separar os dois momentos (junho e julho) como observamos em algumas reportagens. Tal esforço pode expressar uma tentativa de descaracterizar o sindicalismo como parte dos movimentos sociais. Fonsêca (2013) nos lembra de que o primeiro se contrapõe mais diretamente a interesses econômicos de setores que são, ao mesmo tempo, patrocinadores dos meios de comunicação de massa. Ainda na mesma categoria, observamos, por fim, que a mobilização também foi associada a Instrumento de poder, por permitir maior visibilidade: *“entrar em greve para chamar atenção do governo” (R 1).*

Organização

Na categoria Organização, identificamos cinco códigos, referindo-se a: Participantes; Organizadores; Segurança; Entraves judiciais e Ações (Tabela 3). O código Participantes foi o mais citado pela mídia, a qual destacou o número de pessoas nas ruas em prol da mobilização, mostrando diferenças quantitativas de participação por cidades e/ou por regiões brasileiras. Boa parte dessas variações foi descrita juntamente com o local das concentrações e identificando os grupos ocupacionais que aderiram ao evento: *“Em Goiânia, o protesto reuniu cerca de duas mil pessoas, segundo os organizadores. Manifestantes ligados a sindicatos, centrais sindicais e grupos de trabalhadores rurais percorreram as principais avenidas do centro da capital” (R 9); e, “Pelo menos 600 mil servidores públicos do Executivo e do Judiciário também vão aderir. Petroleiros, professores, comerciários, químicos e metalúrgicos de diferentes centrais também vão parar” (R 56).*

Tabela 3 – Códigos da Categoria Organização

Códigos	Descrições	Casos (%)
Participantes	Pessoas que tomaram parte da mobilização em diferentes cidades, regiões e ocupações.	51 (67,1)
Organizadores	Entidades que organizaram a mobilização, bem como as estratégias utilizadas para condução e viabilização do evento.	41 (53,9)
Segurança	Medidas tomadas pelo governo, por membros da segurança pública e/ou pela população para acompanhamento da mobilização.	16 (21,1)

Códigos	Descrições	Casos (%)
Entraves judiciais	Referem-se às medidas punitivas e ações do Poder Judiciário para garantia de circulação e acesso mínimo a serviços.	7 (9,2)
Ações	Realizações dos organizadores e participantes, tendo em vista a mobilização dos trabalhadores.	
Locais	Divulgação e registro dos espaços onde os atos de mobilização dos trabalhadores tomaram lugar.	35 (46,1)
Modalidades	Maneiras como as manifestações se desenvolveram em diferentes espaços públicos (caminhadas, concentrações, queimas de pneus, bloqueio de entrada de órgãos públicos, de vias, etc.).	20 (26,3)
Divulgação das negociações	Reuniões agendadas entre os organizadores da mobilização e os representantes do governo.	6 (7,9)
Instrumentos	Instrumentos utilizados pelos sindicalistas para mobilizar (internet, carro de som, panfletos, etc.)	9 (11,8)

A ênfase da mídia na quantidade de participantes e em identificar as ocupações que aderiram, provavelmente, reflete a intenção de contrastar o poder de mobilização das centrais sindicais com os movimentos sociais de junho e, simultaneamente, mostrar a adesão apenas das ocupações historicamente mais organizadas. As mídias destacaram também os Organizadores, identificando as centrais sindicais como responsáveis pela organização do evento nas diversas cidades do país e informando estratégias da organização do evento:

Haverá um comando único no ato, com representantes da CUT, da Força Sindical e de todas as centrais sindicais. Haverá faixa que balizará o ato, que será a principal. As palavras de ordem também serão em acordo entre as centrais sindicais. Não vai ter nada, no carro de som oficial da marcha, que não tenha sido discutido entre as centrais. (R 60)

A identificação da responsabilidade das centrais, de um lado, pode indicar o reconhecimento social do movimento, de outro, pode significar um prenúncio para ligar quaisquer incidentes a elas, já que as centrais sindicais são atores que se contrapõem às tendências assinaladas por Sixieri (2014), à medida que representam interesses coletivos.

Corroborando a segunda interpretação é preciso observar os códigos subsequentes. Acerca da Segurança, foram destacadas a presença de policiais militares nas ruas para acompanhar a mobilização e a divulgação da disponibilização de reforços nas principais cidades palco da mobilização, como medida de proteção à população contra possíveis atos de violência. Também mencionaram a preocupação da população ante a mobilização e orientações aos cidadãos em caso de situações de violência na rua, como: “O temor de saques fez com que comerciantes fechassem as portas no centro de Fortaleza” (R 12); e, “[...] caso ocorra depredação ou violência, fechem imediatamente os estabelecimentos e entrem em contato com a Polícia Militar” (R 59). Nos Entraves judiciais, houve menção apenas a medidas punitivas (multa aos sindicatos) do Poder Judiciário em casos de descumprimento de atividade mínima estipulada para determinadas ocupações, como os metroviários.

A ênfase na organização do movimento e na segurança provavelmente é um indicador de uma intenção de mostrar o Dia Nacional de Luta como mais ordeiro que os movimentos de junho, bem como de expressar respeito pelas lideranças do movimento, pessoas públicas

razoavelmente conhecidas pelas audiências dos meios de comunicação. As mídias divulgaram a preocupação com atos de violência/vandalismo durante as manifestações juvenis de junho e foram criticadas pelo seu papel manipulador e deformador (Fonsêca, 2013). A imprensa se expressa com mais tranquilidade com um movimento que não é novidade. Entretanto, não deixa de transparecer nas suas considerações o pressuposto de que um trabalhador mobilizado pode ser uma pessoa violenta. Ao mostrar os receios da população em relação à violência, a intenção pode ser indicar que a população não legitima o Dia Nacional de Lutas.

Então, embora enfatize o conforto de um movimento mais ordeiro, prevê a ocorrência dos mesmos atos de violência e vandalismo, associando previamente a mobilização sindical a esses aspectos intitulados negativos e indesejáveis pela mídia, porque confrontam nossas tradições culturais. Antecipa-se, oferecendo informações sobre como a população deve comportar-se e/ou proteger-se. A imprensa aparenta assumir, assim, um papel de prestador de serviço, mas passa uma mensagem ambígua sobre o perfil dos participantes do movimento. E desta forma, o sindicalismo trabalhista se apresenta mais vez de forma defensiva (Marx & Engels, 1847/1982), tendo que se justificar e mostrar que cuidou da possibilidade de manifestações violentas. No material analisado não constava nenhuma menção às violências sofridas pelos trabalhadores pelo não atendimento histórico de suas reivindicações.

O último código – Ações –, destacado na Tabela 3 com sombreado, refere-se aos atos dos organizadores e participantes que deram forma à mobilização. Este foi subdividido em quatro subcódigos, representando diversos aspectos das ações: os locais, modalidades, divulgação das negociações e os instrumentos. Em relação ao primeiro subcódigo, as mídias informaram: lugares de encontro dos manifestantes, concentrando-se nas vias centrais das cidades brasileiras e em pontos estratégicos, como rodovias, sedes governamentais e locais que foram palco das manifestações populares ocorridas em junho.

O código Modalidades refere-se às maneiras de desenvolvimento das manifestações nos espaços públicos do país. A maioria das informações sobre as ações divulgadas na mídia atribuem conotação negativa, enfatizando prejuízos provocados pela mobilização geral, dos quais: “*Manifestantes colocaram fogo em pneus e bloquearam ruas e acessos da cidade*” (R 15); “*manifestantes tentam impedir a circulação de caminhões dos Correios em Benfica, no Rio de Janeiro [...]*” (R 37); e, “[...] *os acessos ao complexo industrial portuário de Suape foram bloqueados por manifestantes de três centrais sindicais e pelo MST, impedindo o acesso de qualquer tipo de transporte e cerca de 75 mil operários ao local*” (R 49). O predomínio de tal conotação neste código, transmite no seu conjunto que o movimento sindical é um incômodo, embora que as reportagens nem sempre explicitem quem seja o objeto de incômodo. Dos trechos identificados, o último citado é um dos que mais explicita os afetados pela manifestação. Compreendemos que o incômodo é do funcionamento do sistema de produção capitalista. Esse não pode, na atualidade, ser incomodado.

O código Divulgação das negociações referiu-se a reuniões entre os organizadores da mobilização e os representantes do governo. Tais reuniões são momentos particulares e privilegiados em produzir sentidos para as mobilizações sindicais, por isso chama atenção a baixa frequência de menções quando comparada aos demais subcódigos das ações. O subcódigo Instrumentos abrangeu itens como uso de cartazes, faixas, carros de som e piquetes. Os entrevistados, por sua vez, apresentaram, como Instrumentos, as redes sociais eletrônicas, a exemplo das manifestações populares de junho que as utilizaram como principal meio de divulgação e convocação da população para as ruas – “*Usamos a internet que é a grande*

ferramenta do momento, né? Facebook, blog, twitter tudo isso” (E2) –; e as mídias impressas dos sindicatos das diversas ocupações. Relataram também que enviaram à imprensa informações objetivas para divulgação à população.

As manifestações juvenis de junho e o Dia Nacional de Lutas foram marcados pelo uso de mídias alternativas. Castells (2003) aponta que a internet se torna um espaço em que os movimentos sociais encontraram como novo meio de organização e mobilização. Nos relatos dos entrevistados a tendência se repete.

Bauman (2001) destacou que, na modernidade, vivemos em uma sociedade líquida na qual tudo muda rapidamente, é efêmero. Quando se compara o sindicalismo com os demais movimentos sociais, provavelmente a intenção é caracterizar as demais mobilizações sociais organizadas por meio dos recursos da internet, como efêmeras. Entretanto, o movimento sindical pode se posicionar não só como um deles, mas seguir usando os recursos virtuais, como já fazia antes dos movimentos de junho. Muitos sindicatos e as centrais sindicais mantêm páginas na internet, grupos de discussão, malas diretas de comunicação por e-mail, etc. Mas reconhecem que os movimentos juvenis expressaram a força das redes sociais.

Categoria “Resultados”

A categoria Resultados abrangeu 14 códigos (Tabela 4) que refletem a diversidade no foco adotado pelas mídias e as divergências em relação às entrevistas com sindicalistas. Vários códigos só apareceram nas mídias, como: interferência na mobilidade urbana; diminuição do acesso a serviços; foco de tensão e seus desdobramentos; depredação e vandalismo; negociação; reestabelecimento da ordem; pacifismo; penalizações; impacto na economia; liberação de ponto; resgate de reivindicações históricas.

Tabela 4 – Códigos da categoria Resultados

Código	Descrição	Casos (%)
Interferência na mobilidade urbana	Geração de prejuízos no trânsito de veículos e deslocamento de pessoas.	39 (51,3)
Diminuição do acesso a serviços	Interferência no acesso a serviços públicos e privados (serviços fechados, inoperantes ou com funcionamento restrito).	26 (34,2)
Foco de tensão e seus desdobramentos	Situações de risco durante as manifestações, confrontos entre manifestantes e policiais, ocorrências de detenção e casos de violência física.	21 (27,6)
Depredação e vandalismo	Ato de destruição e/ou danificação ao patrimônio público ou privado.	10 (13,2)
Ações futuras	Planejamento de novos atos e estratégias.	10 (13,2)
Negociação	Possibilidades de negociação junto aos órgãos do governo (audiências, reuniões, etc.).	8 (10,5)
Reestabelecimento da ordem	Ações realizadas por órgãos públicos (reforçamento da segurança, limpeza e reestabelecimento dos serviços).	3 (3,90)
Pacifismo	Relatos sobre eventos realizados sem ocorrência de violência.	2 (2,6)
Penalizações	Multas aplicadas às centrais sindicais.	2 (2,6)

Distorção pela mídia	Distorção do objetivo da mobilização veiculado pela mídia.	1 (1,3)
Impacto na economia	Prejuízos econômicos advindos da mobilização.	1 (1,3)
Liberação de ponto	Dispensa pelas empresas de registro de frequência aos participantes da mobilização.	1 (1,3)
Recuperação da credibilidade	As manifestações impulsionaram novas lutas e reacenderam a perspectiva de que a luta gera conquistas. Recuperação da crença de que é possível mudar e melhor a qualidade de vida (empoderamento).	1 (1,3)
Resgate de reivindicações históricas	Oportunidade de lembrar o percurso histórico das reivindicações ou ações anteriores.	1 (1,3)

De modo geral, as mídias focalizaram os resultados indesejáveis, apresentando um efeito desmoralizador e enfraquecedor do papel social da mobilização popular e sindical, a legitimidade das reivindicações e dos aspectos históricos do movimento. O enfraquecimento do sindicalismo tem sido assinalado por vários autores como comentamos introdutoriamente (p.ex., Antunes, 1995; Sennet, 2008). No entanto, os códigos Recuperação de credibilidade e Distorção pela mídia, que apareceram exclusivamente nas entrevistas, sinalizam a retomada destes vínculos e o questionamento do posicionamento da mídia, ainda que tenhamos apenas duas entrevistas realizadas. Um sindicalista relatou:

[...] é a importância toda do mês de junho e julho. As pessoas começaram a acreditar que dá pra mudar junto, né? [...] a partir daí as pessoas passaram a lutar pela passarela do bairro, pelo lixo que tá sujo aqui na rua, a falta do asfalto, [...] uma série de mobilizações que começaram a ocorrer [...] as pessoas começaram a ver que pode, né? E até maio não, não era assim. Até maio pra você fazer uma manifestação de 20, 200, 300 pessoas era uma batalha. [...] as pessoas ganharam coragem, tão acreditando mais na mobilização. E isso é bom. (E1).

A fala do entrevistado revelou-nos também sua visão do sindicalismo como parte dos movimentos sociais, bem como pressupôs que um fortalece a outro e ambos contribuem para empoderar os cidadãos, corroborando o que já assinalamos quando discorremos sobre o código Manifestações juvenis de junho na categoria Motivos.

Ambas, as mídias e as entrevistas, trataram das ações futuras, concentrando-se no planejamento de novos atos e estratégias. Por exemplo, “*As duas centrais, que se opõem ao governo, já defendem uma greve geral no país em agosto [...]*” (R 66) e “*Há possibilidade de parar ou não, vai depender do andar da carruagem [...]*” (E2). No entanto, a mídia difundiu o planejamento de ações futuras como ameaça ou algo já consolidado e os sindicalistas como algo a ser avaliado a partir de negociações.

Avaliação do Movimento

Em relação à última categoria – Avaliação do Movimento – foram identificados quatro códigos (Tabela 5). A Avaliação pelas mídias abordou aspectos da mobilização em termos indesejáveis (danos, vandalismo, etc.), da origem partidária, do conteúdo das reivindicações e

da baixa adesão à mobilização. Dos aspectos indesejáveis, tivemos como exemplos “*O protesto foi tranquilo, mas os manifestantes chegaram a queimar pneus*” (R 13) e “*A manifestação [...] foi marcada por muita confusão e correria*” (R 41). No entanto, também apareceram alusões em relação à origem e ao conteúdo das reivindicações, como “*‘Em junho, representavam um desejo de mudança do país, hoje representam bandeiras’, afirmou o comerciante [...] de 71 anos*” (R 36). A baixa adesão era indicada, comparando às manifestações juvenis de junho, por exemplo: “*Pessoas que trabalham na Paulista, que no mês passado se acostumaram a se juntar às multidões depois do expediente, preferiram observar de longe*” (R 36) e “*as manifestações de ontem não tiveram a adesão popular vista em junho, quando mais de 1 milhão de pessoas saíram às ruas*” (R 69).

Tabela 5 – Códigos da categoria Avaliação do Movimento

Códigos	Descrições	Casos (%)
Avaliação pelas mídias	Análise realizada pelos meios de comunicação.	27 (35,5)
Avaliação pelos sindicalistas	Análise da mobilização e de suas particularidades realizada por sindicalistas.	20 (26,3)
Avaliação pelo Poder Público e de políticos	Manifestação de opiniões por representantes do poder público e por políticos.	12 (15,8)
Avaliação pela população	Opinião, manifestações de apoio e/ou reprovação da população geral à mobilização.	9 (11,8)

A avaliação dos sindicalistas focalizou: a adesão à mobilização; a abertura de negociações; e a tomada de consciência.

Sobre adesão, houve afirmações, como: “[...] *pelos cálculos do sindicato, a adesão chegou a 80%*” (R 26); “*A característica fundamental ontem foi parar as estruturas. Esta é a força da mobilização, não a quantidade de pessoas que foram para as ruas*” (R 69); e “[...] *na verdade não foi um dia de paralisação, foi um dia de mobilização nacional onde quem pudesse parar seria importante*” (E2).

Sobre a abertura de negociação, registramos aqui o seguinte trecho: “*As centrais sindicais [...] ganharam mais condições de negociar com o governo após os protestos realizados ontem em todo o país*” (R 69).

Em referência à tomada de consciência, um entrevistado afirmou: “*O diferencial nesse movimento é que o pessoal despertou para as mazelas da sociedade e essas mazelas estão elevando a consciência para as pessoas*” (E2).

A avaliação do poder público e de políticos tratou: do impacto da mobilização no acesso a serviços; do repúdio em relação a excessos por parte de manifestantes e da polícia; do repúdio ao bloqueio de rodovias e violação do direito de ir e vir; da opinião de políticos; das diferenças entre movimentos de junho e mobilização de julho; e, do respeito à busca por direitos sociais. Em relação ao impacto da mobilização, citamos que: “*Ontem, governador [...] pediu às centrais sindicais que não façam greve em serviços essenciais, como o metrô*” (R 31). Os repúdios mencionados puderam ser evidenciados em: “*Qualquer excesso, seja da polícia, seja dos que vêm aqui atacar, deve ser repudiado*”, disse o governador [...]”; e, “*em qualquer manifestação*

onde haja interrupção de rodovias e que se tenha atos de violência eles tem de ser condenados” (R 55). Acerca da opinião de políticos, tivemos: “O ministro [...], afirmou que é natural que os trabalhadores saiam às ruas agora, após os jovens e estudantes: ‘Os trabalhadores não podiam ficar de fora’” (R 58) e:

[...] ex-ministro [...] anotou no Twitter ser um fato político importante a 'presença da classe trabalhadora nas ruas'. [...] dirigente do [...], acusou as centrais de 'surfando na onda do levante de junho', apesar de sempre terem apoiado o governo. [...] a presença de todas as centrais nas manifestações está relacionada a uma 'disputa no movimento sindical por hegemonia' (R 42).

Um político, comparando os movimentos de junho e a mobilização de julho, afirmou que *“O processo anterior foi de autoconvocação com uma organização mínima, que se iniciou com a luta do passe-livre e foi ganhando corpo. Essa tem mais o sentido clássico das manifestações conhecidas, pelas centrais sindicais, pelos partidos. É igualmente legítimo” (R 62). E, o respeito à busca por direitos sociais foi evidenciado em trechos como “O Brasil é isso. Nós temos grandes avanços nos últimos dez anos e agora as pessoas querem mais. E querer mais é algo muito positivo na democracia.” (R 55).*

A avaliação pela população consta de opiniões e manifestações de apoio como *“Estou solidário com o protesto. A gente paga imposto, mas não tem saúde, educação nem estrada que preste no país” (R 49) e “Eu estou lutando pelos meus direitos.” (R 32). Mas também de reprovação, como: “Como é que eu vou chegar 7h no meu serviço com a paralisação?” (R 19) ou “[...] foi um contratempo em uma semana que já teve feriadão.” (R 60).*

As categorias por dia

Do total das 74 reportagens, observamos uma maior concentração no dia do evento (71,6%) com 53 reportagens, havendo um maior número de notícias sobre a categoria Organização – destacando-se os códigos Definição de locais, Organizadores e Participantes – seguida da categoria Resultados – destacando-se Acesso a serviços e Interferência na mobilidade urbana. Nos dias antecedente e subsequente ao evento, o número de reportagens foi mais baixo (14,9% e 13,5%, respectivamente). As informações veiculadas no dia 10 de julho concentraram-se na Organização – Participantes, Definição de locais, Organizadores e Segurança – enquanto, no dia 12 de julho, a ênfase foi aplicada à Avaliação dos jornais.

Considerações Finais

O material analisado, pelas frequências dos códigos e pelo conteúdo (significados e sentidos), assinalou que o Dia Nacional de Luta de 11 de julho de 2013 expressou um momento de empoderamento do movimento sindical. Retomou sua abrangência no sentido de voltar-se para os interesses mais amplos de todos os cidadãos e inserir-se no contexto dos movimentos sociais, apesar de as mídias na categoria Resultados enfatizarem justamente aspectos indesejáveis ou que representam incômodos à população. Em outras palavras, o cenário de pressão social que eclodiu em junho contribuiu para visibilizar as reivindicações sindicais perante a sociedade como um todo. Assim, a materialização do envolvimento dos indivíduos nas questões coletivas sugeriu uma tomada de consciência.

Constatamos que em referência à identificação dos Motivos e à Organização do Dia Nacional de Lutas, as divergências entre os conteúdos veiculados pelas mídias analisadas e das entrevistas dos dirigentes sindicais são menores. Mas no que se trata dos conteúdos codificados nas categorias Resultados e Avaliação do Movimento as divergências são acentuadas. Informar relativamente bem sobre os Motivos e a Organização contribui para criar uma impressão de seriedade por parte da mídia. A ênfase em Resultados negativos e/ou indesejáveis, bem como contribuir para mobilizar aflições das pessoas às possibilidades de atuações de violência pelos participantes, quando contrastados às motivações do evento, transmite ao cidadão, que consome as informações veiculadas, uma mensagem de fracasso do evento e de desencanto com o sindicalismo. O conteúdo ideológico das reportagens para ser apreendido demanda uma análise aprofundada a qual nem sempre o cidadão tem acesso. Os jornais prestaram um serviço de desvalorização do movimento sindical, embora que não necessariamente de maneira explícita. Afinal a construção de textos e discursos nunca independe das crenças ideológicas de seus atores (Biernath & Silva, 2013; Fonsêca, 2013). Isto sugere outras pesquisas que possam fazer um paralelo entre os reais interesse dos grupos econômicos que mantem tais jornais e seus patrocinadores em relação à imagem que constroem do movimento sindical entre outros movimentos populares.

Outro aspecto a registrar é que o material analisado permitiu-nos apreender indicadores da fraqueza de coesão do movimento sindical, mas não a fluência das diversas correntes identificadas no quadro teórico. Isto não significa que aquelas correntes não existam, mas expressa duas possibilidades: a limitação do material selecionado e/ou a efetividade da pauta pactuada pelas centrais que cumpriu seu papel de contribuir para fortalecer a coesão dos trabalhadores. De qualquer forma, o enquadramento das reivindicações nos marcos do sistema capitalista corrobora o que o quadro teórico apontou de que o embate principal atual ocorre entre correntes neoliberais e institucionalistas. Consideramos que seja possível que o predomínio destas posições dissimule a fluência de correntes existentes.

Portanto, a pesquisa atingiu seus objetivos identificando e analisando as principais dimensões (categorias) contidas nas reportagens acerca de um movimento específico do sindicalismo, bem como em duas entrevistas. Em outras palavras, contribuiu, então, para compreensão das expressões do sindicalismo brasileiro no evento focalizado e, por consequência, sobre as relações de trabalho. As informações sistematizadas têm potencial para contribuir para uma escuta crítica e política às informações na imprensa sobre eventos sindicais. Limites e contradições das relações de trabalho foram evidenciados, quando são apontadas as divergências de interesses dos trabalhadores na diversidade de suas reivindicações. Reconhecer essas tensões, bem como as convergências e divergências entre as mídias e os sindicalistas permite embasar atuações e/ou intervenções numa perspectiva mais realista.

Entre as limitações da presente pesquisa, reiteramos haver entrevistado apenas dois dirigentes das centrais sindicais. Além disso, sugerimos novos estudos para analisar material (documentos) produzido pelo sindicalismo. Ampliar nestas direções provavelmente permitirá aprofundar sobre os limites do próprio sindicalismo, o que por sua vez poderia contribuir para fundamentar decisões, ações e planos sindicais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexander, Jeffrey C. (1998). Ação coletiva, cultura e sociedade civil. Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(37), 5-31. Acessado em: 30 de maio de 2010, de: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=en&nrm=iso>.
- Alves, Giovanni. (2000). Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*, 15, 111-124.
- Alves, Giovanni. (2003). *Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a crítica à economia política*. Bauru: Giovanni Alves.
- Anthony, Peter D. (1977). *The ideology of work*. London: Tavistock Publications.
- Antunes, Ricardo. (1989). *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Antunes, Ricardo. (1991). *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente.
- Antunes, Ricardo. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Bardin, Laurence. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bauman, Zygmunt. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Baylos, Antonio. (2001). Representación y representividad sindical en la globalización. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 19, 64-94.
- Biernarth, Carlos Alberto Garcia., & Silva, Marcelo da. (2013). Comunicação, jornalismo e televisão: Sentidos na edição ‘Vila Mimosa, do programa Documento – Televisão Verdade. In Sonia Aparecida Cabestré., Lígia Beatriz Carvalho de Almeida., & Vanessa Matos dos Santos (Orgs.), *Comunicação, mídia e sociedade: Reflexões teóricas e práticas* (pp. 233-250). Bauru: Canal 6.
- Borges, Livia de Oliveira., & Álvaro, José Luis. (2013). O psicólogo e as relações de trabalho. In Livia de Oliveira Borges., & Luciana Mourão (Orgs.), *O trabalho e as organizações: Atuações a partir da Psicologia* (pp. 85-117). Porto Alegre: Artmed.
- Castells, Manuel. (2003). *A galáxia da internet. Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Costa, Márcia da Silva. (2005). O sistema de relações de trabalho no Brasil: Alguns traços históricos e sua precarização atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(5), 111-170.
- Costa, Márcia da Silva. (2007). Relações de trabalho e regimes de emprego no Canadá e no Brasil: Um estudo comparativo. *Revista de Administração de Empresas [RAE-eletrônica]*, 6(2), Art. 16. Acessado em: 20 de maio de 2011, de: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4284&Secao=ARTIGOS&Volume=6&Numero=2&Ano=2007>>.
- Costa, Sílvio. (1995). *Tendências e centrais sindicais*. São Paulo: Anita Garibaldi; Goiânia: Ed. da Universidade Católica de Goiás.
- Dias, Antonio Carlos. (2004). *A história das organizações sindicais*. Acessado em: 03 de fevereiro de 2014, de: <http://www.arco.org.br/artigos/a-historia-das-organizacoes-sindicais>.

- Farias, Clovis Renato Costa. (2011). O papel dos movimentos sociais como ferramenta de justiça e emancipação social: Um diálogo entre Boaventura de Sousa Santos e Zygmunt Bauman. *Opinião Jurídica (Fortaleza)*, 1, 28-48.
- Flanders, Allan. (1985). What are trade unions for? In William Edward John McCarthy (Org.), *Trade unions* (pp. 26-34). Middlesex: Penguin Books (Texto originalmente publicado em 1970).
- Fonsêca, Daniel. (2013). *Não dá para não ver: As mídias nas manifestações de junho 2013*. Acessado em: 03 de fevereiro de 2014, de: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10419.pdf>>.
- Gadea, Carlos A., & Scherer-Warren, Ilse. (2005). A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. *Revista de Sociologia e Política* [online], (25), 39-45. Acessado em: 07 de março de 2011, de: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31110.pdf>>.
- Gounet, Thomas. (1999). *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo.
- Harvey, David. (1990). Between space and time: Reflections on the geographical imagination. *Annals of the Association of American Geographers*, 80(3), 418-434. Acessado em: 08 de março de 2014, de: <<http://introanthroclass.wikispaces.com/file/view/between+space+and+time+reflections+on+the+geographical+imaginaty+by+David+Harvey.pdf>>.
- Harvey, David. (2013). A liberdade da cidade. Em Ermínia Maricato (Org.), *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior.
- Harvey, David. (2005). *A produção capitalista do espaço*. (C. Szlak, trad.). São Paulo: Annablume. (Originalmente publicado em 2001)
- Ianni, Octávio. (1999). O príncipe eletrônico. *Perspectivas*, 22, 11-29.
- Lopes Neto, Sebastião., & Giannotti, Vito. (1993). *Para onde vai a CUT?* Campinas: Scritta.
- McCarthy, William Edward John. (Org.). (1985). *Trade unions*. Middlesex: Penguin Books.
- Martin-Artiles, Antonio. (2003a). Teoría sociológica de las relaciones laborales. Em Josep M. Blanch (Org.), *Teoría das relaciones laborales. Fundamentos* (pp. 149-264). Barcelona: Editorial UOC.
- Marx, Karl. (1975). *O Capital*. (Edição resumida por Julian Borchardt). Rio de Janeiro: Zahar editores. (Obra original foi publicada em 1867)
- Marx, Karl. (1982). Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório. As diferentes questões. Em José Barata-Moura., Eduardo Chitas., Francisco Melo. & Álvaro Pina (Orgs.), *Obras escolhidas*, v. 2 (pp. 79-88). Lisboa: Editorial “Avante!” (Originalmente publicado em 1867)
- Marx, Karl., & Engels, Friedrich. (1982). Manifesto do Partido Comunista. Em José Barata-Moura., Eduardo Chitas., Francisco Melo., & Álvaro Pina (Orgs), *Obras escolhidas* (pp. 95-136). Lisboa: Editorial “Avante!”, (Originalmente publicado em 1847).
- Mattoso, Jorge. (1995). *A desordem no trabalho*. São Paulo: Página Aberta.
- Minayo, Maria Cecília de Souza. (2006). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

- Nogueira, Maria Luisa Magalhães. (2009). Subjetividade e materialidade: Cidade, espaço e trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21, 69-86. Acessado em: 04 de março de 2013, de: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v21n1/06.pdf>>.
- Oliveira, Luís Eduardo de. (2010). *Os trabalhadores e a cidade*. Rio de Janeiro: FGV.
- Pina, José Augusto., Castro, Hermano A., & Andreazzi, Maria de Fátima A. (2006). Sindicalismo, SUS e planos de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(3), 837-846.
- Ransome, Paul. (1996). *The work paradigm: Theoretical investigation of concepts of work*. England and USA: Ashgate Publishing.
- Rodrigues, Iram Jácome. (2002). Um laboratório das relações de trabalho: O ABC paulista nos anos 90. *Tempo Social*, 14(1), 137-157.
- Santos, Boaventura de Sousa. (2009). *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Milton. (2002). O tempo nas cidades. *Ciência e Cultura*, 54(2), 21-22. Acessado em: 06 de março de 2013, de: <www.cienciaecultura.bvs.b/scielo.php?pid=S0009-6725200200020&script=sci_arttext>.
- Sennet, Richard. (2008). *A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Sixirei, Carlos. (2014). Tres décadas de democracia en América Latina: Una reflexión. *Revista de Psicología Política*, 14(30), 225-242. Acessado em: 06 de março de 2013, de: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n30/v14n30a02.pdf>>.
- Valença, Márcio Moraes. (2013). Justicia social y la utopía dialéctica: Discutiendo con Harvey sobre espacio público. *Revista de Geografía e Ordenamento do Território*, 3, 231-248. Acessado em: 05 de março de 2013, de: <<http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/66>>.
- Waisbich, Laura Trajber. (2013). Manifestejos de junho: Negação e ocupação da coisa pública. *Jornal de Psicanálise*, 46(84), 141-150.

• Recebido em 03/08/2014.

• Aceito em 18/07/2017.